



24
046

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 193386-6/02 – Comarca de Recife

Agravante: Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores

Agravado: José Emmanuel Vieira da Cunha

EMENTA: DIREITO CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. FORNECIMENTO DE TRATAMENTO MÉDICO. DIREITO À SAÚDE PREVALECE EM RELAÇÃO AOS INTERESSES FINANCEIROS DA FAZENDA PÚBLICA. BLOQUEIO DE VALORES. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU PARA DECIDIR ACERCA DO ALEGADO RISCO PATRIMONIAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO DE FORMA INDISCREPANTE.

5526
1. Como cedigo, as eventuais medidas de efetivação da promessa constitucional contida no art. 196 podem chocar-se com a restrição prevista no art. 100, entretanto, a jurisprudência pátria já se posicionou no sentido de que, nas situações de inconciliável conflito, o direito fundamental à saúde prevalecerá sobre os interesses financeiros da Fazenda Pública.

2. No caso em concreto entendeu-se pela manutenção do bloqueio das verbas públicas no montante de R\$ 75.400,00, como forma de garantia no caso de futura condenação da agravante, até ulterior resolução meritória do feito visto que é matéria que foge completamente aos propósitos do Agravo de instrumento em apenso e à competência desta relatoria, devendo, portanto, ser discutida perante o Togado Singular.

3. À unanimidade de votos, foi improvido o Agravo Regimental.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 193386-6/02, em que figura como agravante



047

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores e como agravado José Emmanuel Vieira da Cunha

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada no dia / /2010, à unanimidade de votos, em rejeitarem o recurso acima descrito, para confirmar o acórdão vergastado, julgando improvido o pedido, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

P.R.I.

Recife, 28/01/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator

26
1
048

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 193386-6/02 – Comarca de Recife
Agravante: Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Agravado: José Emmanuel Vieira da Cunha

RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Regimental hostilizando decisão interlocutória proferida nos autos do Agravo de Instrumento em apenso, que, com supedâneo no art. 558 do CPC, concedeu o efeito suspensivo pleiteado em relação à determinação de pagamento imediato do valor de R\$ 75.400,00 em benefício da empresa TREVO COM. DISTRIB. HOSPITALAR LTDA., mantendo o bloqueio dos valores na conta corrente do agravado.

Em suas razões, de fls. 02/18, requer o agravante a reforma da decisão recorrida, argumentando, em suma, que como o aparelho objeto da liminar concedida já foi implantado no agravado, o perigo da demora foi afastado em razão de não existir mais o risco de morte, não havendo justificativa para a permanência da ordem de bloqueio do valor de R\$ 75.400,00 (setenta e cinco mil e quatrocentos reais) da conta da Fazenda Municipal, devendo o agravo de instrumento impetrado ser totalmente concedido, no sentido de determinar o desfazimento do referido bloqueio judicial.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente Agravo Regimental para julgamento nesta Egrégia Oitava Câmara Cível.

É o relatório.

Recife, de 28/01/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



049

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

Agravo Regimental nº 193386-6/02 – Comarca de Recife
Agravante: Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores
Agravado: José Emmanuel Vieira da Cunha

VOTO

Depreende-se dos autos que o ora agravante Saúde Recife foi demandado pelo agravado que ajuizou ação ordinária objetivando o fornecimento gratuito do SISTEMA ANGEL/MED GUARDIAN, equipamento este devidamente indicado para o tratamento da enfermidade nele diagnosticada, qual seja, Doença Arterial Coronária (DAC) conhecida com fatores de risco cardíaco associados como Doença Arterial Oclusiva Periférica (DAOP) com angioplastia + stent, dislipidemia, hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus.

Tal aparelho é produzido pela empresa estrangeira *ANGEL MEDICAL SYSTEMS* e possui apenas uma empresa distribuidora no Brasil, a TREVO COM. DISTRIB. HOSPITALAR LTDA.

Como já relatado na decisão recorrida, o objeto do Agravo de instrumento em apenso foi a decisão retratativa de fls. 245/246, que determinou à Autarquia agravante o pagamento de R\$ 75.400,00 em favor da distribuidora no prazo de oito dias, sob o argumento de que a antecipação do implante mediante cheque-caução assinado pela esposa do paciente estaria respaldada no parágrafo único do art. 249 do Código Civil.

A decisão interlocutória vergastada, em juízo perfunctório próprio, fundamentando-se no entendimento de que a aludida determinação de pagamento imediato em face da Fazenda Pública Municipal violou a garantia de impenhorabilidade dos bens públicos, ante o desaparecimento do risco de comprometimento à saúde do paciente, resolveu suspender a ordem de pagamento e manter o bloqueio das verbas públicas no montante de R\$ 75.400,00 até ulterior resolução meritória do feito.

Não vislumbro qualquer motivo para reformar o *decisum* ora agravado, sendo relevante ressaltar, inclusive, que a medida tomada possui amplo respaldo jurisprudencial.



050

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

No mais, entendo que o bloqueio do valor referente ao equipamento implantado é a garantia que tem o agravado de ser ressarcido futuramente em caso de condenação da agravante, tendo em vista que deixou um cheque como caução que poderá ser descontado, não sendo prudente autorizar o desfazimento do montante bloqueado.

Além disso, a apreciação sobre a responsabilidade das despesas do tratamento será feita no juízo de 1º grau quando da análise do mérito da causa, sendo, portanto, matéria que foge completamente aos propósitos do Agravo de Instrumento em apenso e à competência desta relatoria.

Diante do exposto, voto pelo improvimento do Agravo Regimental, com a conseqüente manutenção do julgado proferido por minha Relatoria em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 28/01/2010.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator